



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

Nota Técnica

A Educação Rural no Estado do Rio de Janeiro

Situação e Perspectivas

Diagnóstico

O estado do Rio de Janeiro possui 1.146 escolas públicas na área rural, das quais apenas 11,8% pertencem à rede estadual. Estas unidades atendem a 71,7 mil alunos da primeira etapa do ensino fundamental, 37,8 mil nos anos finais e 14,5 mil no ensino médio. O Rio de Janeiro é uma unidade federativa eminentemente urbana e esta assertiva faz corresponder a proporção de estudantes fora das concentrações citadinas. No campo há 109, 5 mil alunos contra 2,2 milhões nas redes públicas¹, todavia este comparativo está longe de entender irrelevante o quantitativo do alunado nas escolas rurais, afinal estamos tratando de uma comunidade superior a cem mil crianças e jovens. Cumpre registrar desde logo, que é possível, e até relativamente fácil, encontrar exemplos de sucesso e de boas práticas educacionais desenvolvidas por professores que enfrentam as adversidades estruturais com técnica, criatividade e muita vontade de acertar. Os indicadores de proficiência, por outro lado se mostram em média inferiores aos das unidades urbanas em que pese algumas escolas do campo mostrarem alto desempenho como veremos a seguir:

¹ Fonte MEC/INEP

15/08/2012 06h38 - Atualizado em 15/08/2012 08h42

Escola na zona rural do RJ fica em 2º no Ideb, mas poucos fazem faculdade

Colégio Waldemiro Pita tem melhor nota do estado e é vice no país.
Diretora estimula participação dos pais dos alunos.

Tássia Thum e Janaína Carvalho
Do G1, em Cambuci e no RJ

A longa estrada de terra, repleta de buracos e gado solto na pista é o caminho para chegar ao Colégio estadual Waldemiro Pita, que conquistou o primeiro lugar no estado do Rio de Janeiro e o segundo no Brasil, no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb). Longe dos smartphones e alheios aos encantos da tecnologia e das redes sociais, os alunos da escola localizada em Monte Verde, distrito da zona rural de Cambuci, no Noroeste Fluminense, desbancaram as mais tradicionais instituições de ensino público do estado, como os colégios Militar, Pedro II e o Cap-UFRJ.



Neliany Marinho é diretora do Colégio estadual Waldemiro Pita (Foto: Tássia Thum/ G1)

A diretora Neliany Marinho, que atua há 28 anos na escola, explica que a nota 7,8 obtida na avaliação é consequência da interação entre professores e pais de estudantes. O terceiro lugar nacional no Ideb também foi de Cambuci, do Colégio estadual Oscar Batista, no distrito rural de São João do Paraíso.

“Eu falo para os alunos que a escola é a extensão da casa. Aqui todos têm que andar limpos, organizar o ambiente, respeitar os professores assim como os pais. O ambiente

Jornal Extra, agosto de 2012 <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/2012/08/escola-na-zona-rural-do-rj-fica-em-2-no-ideb-mas-poucos-fazem-faculdade.html>

29/11/2012 07h00 - Atualizado em 29/11/2012 15h17

Escolas rurais têm resultados até 50% mais baixos que média brasileira

Mais de 370 mil alunos da zona rural fizeram a Prova Brasil 2011. Maioria das escolas, porém, é pequena e ainda não tem diagnóstico.

Ana Carolina Moreno
Do G1, em São Paulo



Alunos de várias séries dividem a mesma sala em escola rural de Rondônia (Foto: Flávio Godoi/G1)

Dados da Prova Brasil 2011 divulgados pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep) neste mês mostram que, nas escolas rurais, a porcentagem de alunos do 5º e do 9º ano do ensino fundamental que apresentaram ter aprendido o adequado em matemática e português é cerca de metade da média brasileira. Em matemática no 9º ano, por exemplo, 12% dos alunos brasileiros participantes da Prova Brasil atingiram o aprendizado esperado. Porém, considerando apenas as escolas em áreas rurais, essa porcentagem cai para 6%.

Veja abaixo tabela comparando a quantidade de estudantes matriculados nas escolas rurais que conseguiram um desempenho adequado ou acima da expectativa, e o número total de alunos das escolas públicas brasileiras que realizaram a prova do Ministério da Educação em novembro de 2011.

PORCENTAGEM DE ALUNOS QUE TÊM CONHECIMENTO ADEQUADO PARA A SÉRIE NA PROVA BRASIL 2011				
	5º ano Português	5º ano Matemática	9º ano Português	9º ano Matemática
Nas escolas rurais	20%	17%	11%	6%
Na média brasileira	37%	33%	22%	12%

Fonte: Inep/Fundação Lemann/QEdu.org.br

(grifos nossos)

No estado do Mato Grosso foi realizado um estudo comparativo entre as escolas das duas localizações que não apresentou, na base de dados de 2005, uma diferença tão substantiva. Neste sentido, as análises de regressão realizadas no artigo revelaram que outras variáveis não isoladas poderiam refletir o resultado, tais como o professor e o acesso a material didático diferenciado. Vejamos a tabela²:

Tabela 1 – Performance média dos alunos da primeira a quarta séries por disciplina e local de residência

DISCIPLINA	RESIDÊNCIA						Há diferença significativa entre urbano e rural? p-valor
	Urbano			Rural			
	N	Média	D.P.	N	Média	D.P.	
Primeira Série							
Português		5,7	2,1		4,6	1,4	0,232
Matemática		6,3	2,2		5,3	1,7	0,349
Ciência		6,6	1,6		6,8	1,1	0,732
Educação Física	67	7,7	0,6	4	8,0	0,3	0,237
Geografia		6,6	1,6		6,8	0,9	0,81
História		6,6	1,6		6,8	0,9	0,81
Educação Artística		6,7	0,7		6,5	1,0	0,69
Segunda Série							
Português		6,0	2,3		6,4	2,2	0,74
Matemática		6,5	2,4		7,1	2,5	0,676
Ciência		6,4	2,4		6,8	2,1	0,744
Educação Física	47	7,3	0,4	5	7,6	0,5	0,478
Geografia		6,6	2,3		7,1	2,1	0,678
História		6,6	2,3		7,1	2,1	0,70
Educação Artística		7,4	0,5		7,8	0,8	0,402

Rev CEFAAC, São Paulo, v.8, n.4, 429-40, out-dez, 2006

² Stella Maris Cortez Bacha (1), Carla Castro Rezende Diniz Brandão (2), Leandro Sauer (3), Adriano Viana Bednaski (4), Marcos Yuri Camparoto (5) (1) Fonoaudióloga Docente da Universidade para o Desenvolvimento do Estado e da Região do Pantanal; Coordenadora do Projeto Bela Aliança; Mestre em Educação pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (2) Matemática, Diretora do Departamento de Educação, Cultura e Esportes da Prefeitura Municipal de Terenos, Mato Grosso do Sul; Especialista em Planejamento Educacional. (3) Matemático, Docente da Universidade Federal de Mato Grosso do Sul; Doutor em Automação pela Universidade Estadual de Campinas. (4) Administrador, Mestrando em Agronegócios pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul. (5) Graduando em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso do Sul.



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

Rendimento escolar da área rural **435**

Terceira Série							
Português		7,1	1,4		6,7	1,4	0,563
Matemática		7,0	1,5		6,6	1,5	0,625
Ciência		7,2	1,4		6,5	1,4	0,271
Educação Física	32	7,6	1,0	7	7,0	0,9	0,167
Geografia		7,2	1,2		6,8	1,3	0,511
História		7,2	1,2		6,8	1,2	0,491
Educação Artística		7,6	0,6		7,8	0,4	0,534
Quarta Série							
Português		7,3	1,7		7,1	1,6	0,66
Matemática		6,9	2,1		6,3	1,6	0,33
Ciência		7,3	1,9		7,4	1,3	0,81
Educação Física	55	7,5	0,9	13	7,1	1,1	0,24
Geografia		6,7	1,7		6,4	1,7	0,48
História		6,9	1,7		6,2	1,9	0,26
Educação Artística		7,3	0,6		7,7	0,7	0,07

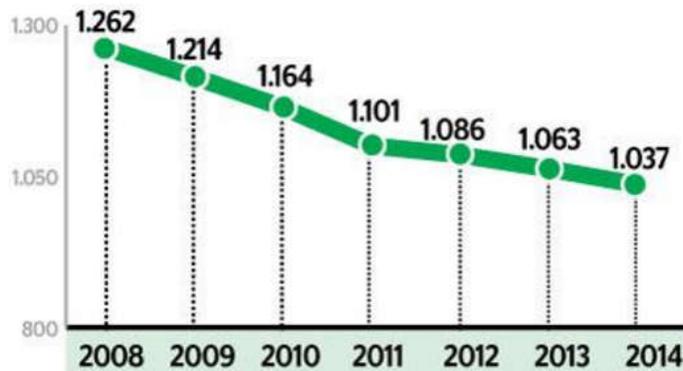
N= número de alunos; D.P.= desvio padrão
Teste t de Student (p-valores ≤ 0.05 - significante)

Este documento se propõe a realizar breve diagnóstico da educação no campo, em comparação com as de residência urbana, propor medidas de aprimoramento qualitativo e analisar a questão da redução da oferta, orquestrada como verdadeira política de estado, o que já está trazendo enormes consequências para uma parcela expressiva de crianças e jovens que viverão situação de grave ameaça ao direito fundamental de acesso à educação e aos bens culturais, como alicerce do Princípio da Dignidade da Pessoa Humana, este que permeia todo o espectro de direitos e garantias inscrito na Carta Magna em diversos dispositivos, todavia em especial, no caput e incisos do artigo 5º.

Por ano, quase 40 escolas fecham as portas na zona rural do Estado do Rio

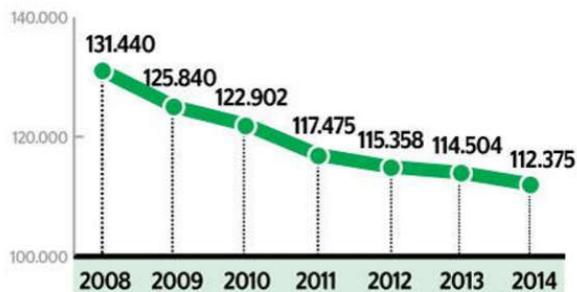


ESCOLAS RURAIS



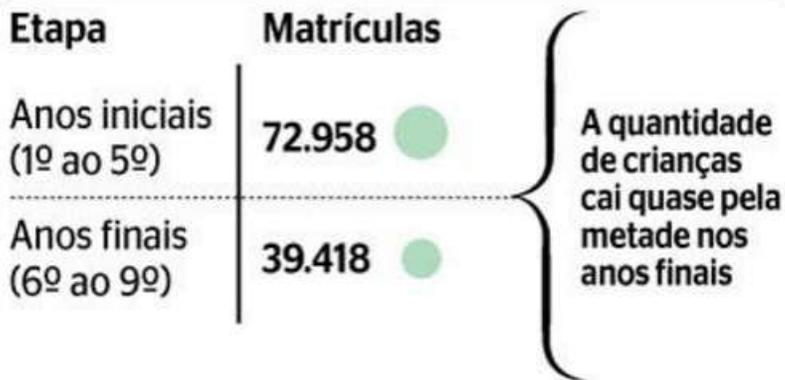
2008 2009 2010 2011 2012 2013 2014

MATRÍCULAS

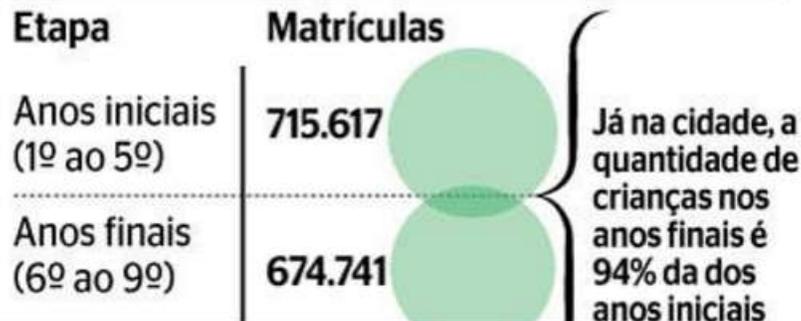


Redução de 14%

Na área rural



Na área urbana





Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

São quatro os tipos de escolas rurais: as que estão no campo, em assentamentos, em comunidades quilombolas e em comunidades indígenas, segundo o Ministério da Educação. É importante lembrar que na maioria das localidades situadas no campo a escola costuma ser o único espaço público onde as atividades comunitárias se realizam. Com o fechamento das instalações há uma grande perda desagregadora. Fora isto, os estudantes ainda são obrigados a ir para lugares mais distantes valendo-se dos programas de transporte rural, mas o sacrifício é inegável. Não é difícil relacionar um indicador de tempo perdido em transporte para a escola em estradas, não raro em situação de péssima conservação, e a evasão escolar.

Assim sendo, não há segmento na educação básica, profissional ou superior que não mereça a atenção do poder público e o olhar vigilante do fiscal legislativo que compreende o ensino como indutor privilegiado da igualdade de oportunidade, mobilidade social e edificação de uma sociedade mais justa.

Finalmente, não podemos nos olvidar das diretrizes do **Plano Estadual de Educação** que preconiza:

14. Garantir, no prazo máximo de 5 (cinco) anos, a partir da publicação deste Plano, a oferta de vagas de Educação de Jovens e Adultos, em suas formas presenciais e semipresenciais, diurnas e noturnas, na rede pública de ensino, abrangendo os ensinos Fundamental e Médio, em todos os municípios do Estado do Rio de Janeiro, contemplando as zonas rural e urbana, onde houver carência comprovada.

48. Elaborar, no prazo de 2 (dois) anos, a partir da publicação deste Plano, projeto político-pedagógico específico para a realidade do campo, que envolva as escolas que atuam com esta modalidade de ensino, movimentos sociais e comunidade rural local.



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

Análise Comparativa

O Governo de Minas Gerais está levando à cabo, desde 2016, o programa Educação do Campo. Seguindo as palavras da própria secretaria de estado, a ação de governo tem como escopo:

O olhar especial para as escolas do campo é um compromisso do Governo. Minas Gerais conta atualmente com 295 escolas estaduais do campo. Além dessas, há um grande número de escolas que, mesmo não situadas na zona rural, atendem alunos de áreas rurais. Pensando em políticas públicas específicas para esse público, a Secretaria de Estado de Educação lançou em dezembro de 2015 um caderno com as "Diretrizes da Educação do Campo do Estado de Minas Gerais", resultado de trabalho desenvolvido pela Comissão Permanente de Educação do Campo.

As diretrizes foram instituídas pela Resolução SEE 2820, de 11 de dezembro de 2015. Composta de 20 artigos, o documento contempla temas como a formação de professores do campo, o transporte escolar e a alimentação dos estudantes, além do conceito de população do campo e escola do campo. As diretrizes representam um passo fundamental para construir uma agenda de trabalho voltada para a realidade do campo, como infraestrutura das escolas e desenvolvimento de ações voltadas para a área. O documento é um marco que orienta os planos de trabalhos das escolas do Estado na sua atuação para com as escolas do campo.

Em março de 2016, foi realizado o Seminário de Avaliação do Projeto Escola da Terra - Formação Continuada de Educadores do Campo em Minas Gerais, em Belo Horizonte. A Escola da Terra é uma ação do Programa Nacional de Educação no Campo (PRONACAMPO) de formação continuada de profissionais da educação que atuam no meio rural. O evento coroou uma parceria entre a Secretaria de Estado de Educação (SEE/MG), o Ministério da Educação (MEC), Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e prefeituras de 17 municípios mineiros. A iniciativa tem por objetivo promover a melhoria das condições de acesso,



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

permanência e aprendizagem dos estudantes do campo e quilombolas em suas comunidades.

Em 2015, outro investimento do Governo do Estado com o foco na educação do campo foi o aumento do repasse de recursos para as Escolas Família Agrícola (EFAs), totalizando R\$ 6,2 milhões, 26% maior do que no ano anterior. O recurso serve para auxiliar o pagamento da folha de pessoal, alimentação dos estudantes, entre outras despesas. As escolas família agrícola são unidades educacionais, sem fins lucrativos, formadas por associações de famílias camponesas e agricultores, e que recebem o apoio do Governo do Estado por meio de recursos para sua operacionalização. Hoje, existem 21 EFAs em cinco regiões do estado, atendendo cerca de 2 mil estudantes de mais de 1.200 comunidades.

O objetivo das EFAs é levar a educação especializada a localidades isoladas no meio rural. Elas são administradas pelas cooperativas familiares dos agricultores e oferecem o ensino fundamental e médio nos mesmos moldes das escolas estaduais. Além disso, inclui na grade curricular atividades relacionadas ao dia a dia no campo, como acompanhamento da safra, plantio sustentável, colheita, uso adequado de agrotóxicos, entre outros temas. Também são oferecidos cursos técnicos agrícolas certificados pelo Ministério da Educação (MEC).³

Fica clara a postura, tanto do Governo da União, como o de alguns estados membros da federação, no sentido de buscar uma política pública sustentável para o setor, conjugando infraestrutura, desenvolvimento profissional docente, valorização e difusão de boas práticas e o oferecimento de material didático diferenciado.

A escola do campo, em especial a multisseriada, pode oferecer várias desvantagens em relação à estrutura, mas isto tudo pode ser sobejamente suplantado pela ausência de aulas expositivas e a difusão da prática pedagógica da mediação, que é sobejamente vantajosa, e isto se dá por força

³ <https://www.educacao.mg.gov.br/component/gmg/page/16987-educacao-do-campo>



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

da própria organização multiseriada, proporcionando um atendimento quase individualizado, onde o afetivo e o cognitivo se unem em benefício do desenvolvimento epistêmico do alunado.

Cenários de Desenvolvimento do Setor

O MEC, desde 2013, está aplicando material didático diferenciado com o propósito de desenvolver o Programa Nacional do Livro Didático do Campo (PNLD Campo) o que, *de per si*, pode representar algum avanço no que se refere à contextualização e ressignificação dos conteúdos atinentes à matriz de habilidades e competências, que é referência para as avaliações em larga escala tanto da Prova Brasil que forma um dos dois eixos que compõe tanto o IDEB, quanto do PISA⁴.

As escolas do campo, segundo é possível aferir da leitura de matérias de jornal e de manifestações do legislativo federal, desenvolvem grande resistência contra o seu fechamento e apontam a adaptação da clientela às unidades polo como principal problema que o alunado enfrenta e oferecem como eventual solução, se for impossível manter as escolas menores em funcionamento: a gestão eficiente dos recursos para transporte, o pleno acesso à banda larga nas escolas polo e a adequação dos equipamentos de médio porte com o acréscimo de quadras esportivas, laboratórios de informática e ciências, apenas para citar alguns exemplos.

Por todo o exposto, é de se propor algumas medidas voltadas ao incremento do setor, a saber:

- a) Ampliação e consolidação da política de material didático diferenciado para as escolas rurais;
- b) Articulação com o setor produtivo para, de maneira gradual, desenvolver ações voltadas à apropriação de habilidades profissionais e forte contextualização dos conteúdos, buscando dar significação crescente aos saberes da educação formal e o mundo do trabalho, a

⁴ *Programme for International Student Assessment (Pisa)* – Programa Internacional de Avaliação de Estudantes.



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

partir da segunda etapa do ensino fundamental e em especial no Ensino Médio.

- c) Desenvolvimento profissional docente, buscando maximizar a difusão de boas práticas educacionais e a melhor utilização do material didático disponível.
- d) Estruturação de equipamentos mínimos de plena operação, tais como quadra coberta, laboratório de ciência e laboratório de informática. Modificando de forma radial a situação abaixo:

Rio de Janeiro

Acompanhar 52 pessoas acompanhando

[Aprendizado](#)
[Compare](#)
[Evolução](#)
[Proficiência](#)
[Explore](#)
[Pessoas](#)
[Censo](#)
[Ideb](#)

[Matrículas e Infraestrutura](#)
[Taxas de Rendimento](#)
[Distorção Idade-Série](#)

Matrículas e Infraestrutura



Ano: 2015
 Rede: Públicas
 Localização: Rurais
 Escolas: Todas as Escolas

- Selecione um tema

ALUNOS

 - Matrículas
 - Matrículas no Ensino Fundamental
 - Matrículas no Ensino Médio

INFRAESTRUTURA

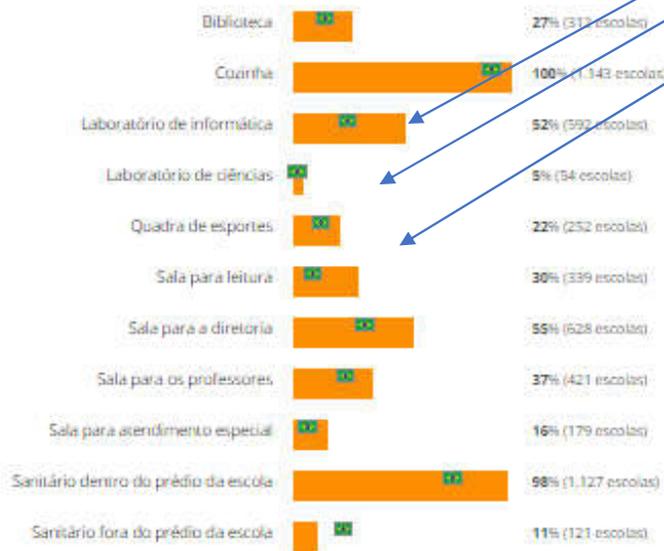
 - Alimentação
 - Serviços
 - Dependências**
 - Equipamentos
 - Tecnologia
 - Acessibilidade
 - Outros

Total de Escolas de Educação Básica

Total de Escolas **1.146** escolas Brasil: 64.091

Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas da Educação Básica: 1146 | Qedu.org.br

Dependências



Fonte: Censo Escolar/INEP 2015 | Total de Escolas da Educação Básica: 1146 | Qedu.org.br

Os dados de infraestrutura e matrículas apresentados nessa página representam a realidade informada pela rede de ensino e suas escolas no Censo Escolar até a última quarta-feira do mês de maio. Os dados são públicos e oficializados pelo Ministério da Educação.



Deputado Comte Bittencourt
Chefia do Gabinete

Assessoria Parlamentar

À Guisa de Conclusão

Com fundamento nos diversos cenários apontados nesta analítica, que tenta e sistematizar a situação da educação no campo no estado do Rio de Janeiro, percebemos que o assunto não tem merecido a justa atenção dos gestores públicos que comandam a pasta já há muitos anos. Se, no passado, a diretriz das políticas sociais era a de tão simplesmente “fixar o homem no campo”, hoje estamos um passo adiante, no sentido de garantir plena qualidade de vida e, no limite do possível, acesso aos bens culturais para aquele cidadão que opta por viver fora dos grandes centros urbanos, sem, todavia, esmorecer em dar sua contribuição como agente de produção econômica e participe das opiniões que circunscrevem o grande círculo de influência denominado “opinião pública”. A este indivíduo e sua família, o estado carece e, com urgência, deve se fazer presente, oferecendo a educação capaz de elevar o pensamento, proporcionar a leitura crítica de mundo e a autonomia cidadã, importante à construção da liberdade dentro do contexto social e humano.

Esta é a nossa opinião,

Sub censura

Rio de Janeiro 29 de maio de 2017

Gisele Soares

Assessora Parlamentar

422.051-0